



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Conselho Superior
Auditoria Interna

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 008/2026

TIPO DE AUDITORIA	Avaliação
EXERCÍCIO	2026
MACROPROCESSO DO IFPE	Assistência Estudantil
PROCESSO DE TRABALHO DO IFPE	Apoio e Acompanhamento ao Discente
UNIDADES AUDITADAS	Reitoria - DAE
CÓDIGOS UG's	158136
GESTORES RESPONSÁVEIS	José Carlos de Sá Júnior e Nathália da Mata Atroch

1. Introdução

Em atendimento ao Item 05 - Anexo I - PAINT 2026 (tipo de serviço: Avaliação), à demanda prevista na Ordem de Serviço nº 008/2026 AUDI/CONSUP/IFPE da Auditoria-Geral e consoante o estabelecido na Instrução Normativa - Secretaria Federal de Controle (IN/SFC) nº 03, de 09/06/2017, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o *“Acesso e permanência do aluno no curso de graduação”*.

A seleção do objeto de auditoria fundamentou-se no "Painel Subsídios ao PAINT Baseado em Riscos da Graduação"¹, disponibilizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), o qual identificou como risco a adoção de estratégias e práticas insuficientes ou equivocadas na gestão da política de assistência estudantil.

Nesse contexto, os exames foram realizados com o objetivo de *“Avaliar a qualidade da gestão do risco de evasão, bem como a adequação dos controles implementados para sua mitigação”*.

¹ Painel Subsídios ao PAINT Baseado em Riscos da Graduação: Disponível em:
<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/paintgraduacao>

A partir das análises preliminares realizadas, foram definidas as seguintes questões de auditoria, destinadas a orientar a execução dos trabalhos e a obtenção de evidências: (1) A DAE possui uma estrutura adequada de gestão de riscos voltada à evasão discente no nível graduação? (2) Os controles implementados para mitigação dos riscos de evasão no nível de graduação são adequados e suficientes?

A metodologia adotada compreendeu análise documental, exame de normativos internos e externos, indagação oral, por meio de entrevista semiestruturada com a Diretora da DAE, avaliação das informações e manifestações encaminhadas pela gestão, bem como reunião de busca conjunta para discussão dos achados preliminares.

Na primeira fase da Auditoria (**Planejamento da Auditoria**), foi emitida Solicitação de Auditoria 08-01/2026, à DAE, a fim de subsidiar a fase de planejamento da auditoria, onde são realizadas atividades tais como: avaliação preliminar dos controles, definição dos testes de auditoria, procedimentos a serem realizados na fase de execução, elaboração de matrizes de planejamento, matrizes de risco, etc. Considerando a resposta da unidade auditada, à referida SA, foi realizada, entre outros, a avaliação preliminar dos controles, com o objetivo de obter informações e evidências acerca da existência, formalização, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à gestão do risco de evasão, bem como a adequação dos controles implementados para sua mitigação. O resultado da avaliação preliminar dos controles apontou para ausência ou fragilidade dos controles estruturantes relacionados ao gerenciamento dos riscos de evasão.

Com base na avaliação preliminar dos controles e na matriz de riscos elaborada, concluiu-se que a realização de testes substantivos adicionais, em maior profundidade, apresentaria reduzido potencial de agregação de evidências relevantes, uma vez que os principais aspectos avaliados já se encontravam suficientemente corroborados pela documentação examinada. Assim, optou-se por direcionar os esforços para a obtenção de evidências complementares por meio de entrevista semiestruturada com a Diretora da DAE, visando aprofundar a compreensão das causas, dos processos de gestão e das perspectivas de aprimoramento dos controles.

O desenvolvimento dos trabalhos ocorreu no período de 22 de abril de 2026 a 26 de junho de 2026, por meio de testes, análises e consolidação de informações, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

Apesar de não haver restrições à realização dos trabalhos, cabe registrar que houve atraso na conclusão da ação, em virtude de pedido de prorrogação de prazo, por parte da Unidade Auditada (DAE), para apresentação de respostas às solicitações realizadas pela Auditoria Interna. O período decorrido entre a data da primeira solicitação da

Auditoria e a manifestação final em relação à referida solicitação resultou em um total de 26 dias.

Finalmente, após a conclusão da minuta do relatório da presente ação (**Fase de Comunicação dos Resultados da auditoria**), foi realizada, em 09/07/2026, reunião de busca conjunta com a diretora da DAE, onde, em especial, foram discutidos os principais achados do trabalho de auditoria e apresentadas as recomendações do referido documento.

2. Resultados dos exames

2.1 Constatação:

Fragilidades na formalização e operacionalização da gestão de riscos aplicada aos processos relacionados à evasão, permanência e êxito discente, em desacordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE.

Fato

Na fase do **Planejamento** da Auditoria, foi emitida a **Solicitação de Auditoria nº: 008-01/2026** por meio da qual foram solicitadas informações:

a) A DAE, atualmente, realiza gestão de riscos, em especial, riscos e controles relacionados ao acesso e permanência do aluno no curso de graduação?

Em caso positivo, descrever os processos realizados pela DAE e apresentar os documentos comprobatórios;

Em caso negativo, explicar as dificuldades e motivos que impedem a realização da gestão de riscos na DAE.

b) Se a DAE não realiza, formalmente, gestão de riscos, existem controles para eliminação e / ou mitigação dos riscos, em especial, riscos e controles relacionados ao acesso e permanência do aluno no curso de graduação?

Em caso positivo, descrever os controles utilizados pela DAE e apresentar os documentos comprobatórios;

Em caso negativo, explicar as dificuldades e motivos que impedem a implementação de controles sobre os riscos na DAE.

Em atendimento à referida solicitação, a unidade auditada encaminhou, em sua resposta, diferentes documentos a serem analisados pela Unidade de Auditoria Interna. Com base na análise dos referidos documentos, observou-se que, embora a DAE afirme realizar gestão institucional de riscos relacionados ao acesso, permanência e êxito

estudantil, não foram apresentadas evidências suficientes de um processo formal de gestão de riscos estruturado conforme metodologia institucional de gestão de riscos do IFPE (Art. 27, Política de Gestão de Riscos do IFPE - PGR-IFPE). Ademais, a própria unidade informou que: "a DAE não opera, neste momento, um modelo formalizado e autônomo de gestão de riscos estruturado exclusivamente para a permanência discente nos cursos de graduação".

A análise documental realizada pela Auditoria Interna teve como critérios os seguintes artigos da Política de Gestão de Riscos do IFPE (Resolução CONSUP nº 318/2026):

Nos termos do **art. 3º da Política de Gestão de Riscos do IFPE, aprovada pela Resolução CONSUP nº 318/2026**, o gerenciamento de riscos deve ser implementado de forma gradual em **todas as unidades da instituição**, com priorização dos processos organizacionais que impactam diretamente o atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Adicionalmente, o **art. 4º** estabelece que a Política de Gestão de Riscos e seus instrumentos complementares devem orientar o planejamento estratégico, programas, projetos e processos de trabalho das **atividades gerenciais, finalísticas e de apoio das unidades organizacionais do IFPE**.

Ainda no contexto da Política de Gestão de Riscos do IFPE, importa destacar, ainda, os seguintes artigos:

- **Art. 6º, inciso I** – gestão de riscos aplicada de forma sistemática, estruturada e documentada;
- **Art. 8º, inciso II** – gestão de riscos formalizada por metodologias, normas, manuais e procedimentos;
- **Art. 14** – obrigação dos gestores de implementar o processo de gerenciamento de riscos;
- **Art. 23, incisos I, IV e VII** – obrigação do gestor de gerenciar e monitorar riscos conforme a Política e o Plano;
- **Art. 27, incisos I a IV** – etapas mínimas obrigatórias do processo de gestão de riscos;
- **Art. 28, inciso II** – necessidade de formalização da atuação mediante metodologia institucional.

Dos artigos mencionados acima, cabe destacar os **artigos 27 e 28**:

- O **art. 27** prevê que a operacionalização da gestão de riscos deve contemplar, no mínimo, as etapas de: (i) entendimento do contexto; (ii) identificação dos riscos; (iii) análise e avaliação dos riscos, incluindo causas, consequências e níveis de risco; e (iv) tratamento dos riscos por meio da definição de respostas e ações de controle.

Complementarmente,

- O **art. 28**, inciso II, estabelece que a atuação da gestão de riscos deve ser formalizada por meio da metodologia prevista no Plano de Gestão de Riscos, normas e procedimentos institucionais.

Na documentação enviada pela DAE, em sua resposta à Solicitação de Auditoria nº: 008-01/2026, não foram identificados, por exemplo, os seguintes documentos: matriz de riscos contendo causas, consequências e controles; avaliação formal de probabilidade e impacto; definição de responsáveis pelos riscos e plano formal de tratamento dos riscos.

Com base no exposto, verificou-se que, além da própria DAE informar não possuir um modelo formalizado e autônomo de gestão de riscos, também não foram identificados documentos que demonstrem que a DAE realiza gestão de riscos nos moldes da política de riscos do IFPE, especificamente em seu artigo 27:

Art. 27 prevê que a operacionalização da gestão de riscos deve contemplar, no mínimo, as etapas de: **(i) entendimento do contexto; (ii) identificação dos riscos; (iii) análise e avaliação dos riscos, incluindo causas, consequências e níveis de risco; e (iv) tratamento dos riscos por meio da definição de respostas e ações de controle** (grifo nosso).

A partir da conclusão e do resultado da análise documental (mencionada nos parágrafos anteriores) e, consequentemente a conclusão da fase do **Planejamento de Auditoria**, a Auditoria Interna iniciou a fase de **Execução da Auditoria** onde, utilizando como parâmetros os critérios da metodologia de gestão de riscos da CGU (detalhada no planejamento da ação), identificou a necessidade e conveniência da realização de uma indagação oral a ser realizada com a Diretora da DAE.

Para a fase de **Execução da Auditoria**, foi elaborado roteiro de entrevista semiestruturada, contendo 05 blocos de perguntas e mais três perguntas independentes, totalizando 15 perguntas com os seguintes temas: BLOCO I – GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO; BLOCO II – GESTÃO DE RISCOS; BLOCO III – MONITORAMENTO E DADOS; BLOCO IV – MONITORAMENTO DE RESULTADOS; BLOCO V – NOTA INFORMATIVA 138/2015 DPE/DDR/SETEC/MEC.

Por meio do referido roteiro de entrevista, foi realizada, em 12/06/2026, das 09:00 às 13:00, com a Diretora da DAE, a supramencionada indagação oral, que teve como o objetivo confirmar o possível achado de Auditoria: de que a unidade adota práticas e controles relacionados ao gerenciamento de suas atividades, contudo sem a implementação formal de um processo estruturado de gestão de riscos (art. 27 - PGR - IFPE).

A seguir, apresenta-se uma síntese do conteúdo resultante da entrevista realizada com a gestora da DAE, em 12/06/2026, no que se refere à temática:

Parte da entrevista foi conduzida com foco na análise da gestão de riscos associada à evasão discente, considerando as informações preliminares apresentadas pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) e os apontamentos já identificados pela equipe de auditoria na resposta à Solicitação de Auditoria nº: 008-01/2026.

Inicialmente, foi discutida a percepção de que a instituição possui uma Política de Gestão de Riscos e mecanismos institucionais de acompanhamento, porém não dispõe de um modelo específico voltado à permanência e êxito estudantil, conforme explicado a seguir. Sobre essa questão, a equipe entrevistada esclareceu que a DAE integra o modelo institucional de gestão de riscos, participando dos processos corporativos de monitoramento, mas reconheceu que **ainda não existe uma abordagem própria e estruturada para os riscos relacionados à assistência estudantil.**

Durante a conversa, foi ressaltado que a Assistência Estudantil é historicamente tratada como um macroprocesso de apoio, circunstância que influencia a forma como seus riscos são identificados e acompanhados. Nesse contexto, os riscos atualmente monitorados concentram-se em aspectos operacionais, especialmente aqueles relacionados aos *campi* e à ausência de sistemas e ferramentas específicas para acompanhamento dos programas de assistência estudantil.

A entrevistada destacou que a posição organizacional atualmente ocupada pela área limita sua inserção na dimensão estratégica da instituição. Foi mencionado que **inexistem indicadores estratégicos próprios para a Assistência Estudantil no âmbito do PDI, sendo os indicadores existentes vinculados principalmente às áreas de ensino e extensão.** Como exemplo, foi apontada a inexistência histórica de indicadores relacionados à cobertura dos programas de assistência estudantil.

Também foi relatado que a instituição se encontra em um processo de transição, no qual se busca ampliar a participação da Assistência Estudantil nas discussões estratégicas e desenvolver instrumentos de monitoramento mais robustos, incluindo a construção de painéis de acompanhamento e diagnósticos institucionais.

A equipe entrevistada reconheceu que as respostas inicialmente encaminhadas à auditoria poderiam ter transmitido a interpretação equivocada de inexistência de gestão de riscos na instituição. Nesse sentido, esclareceu-se que o IFPE possui modelo institucional de gestão de riscos em funcionamento, mas que ainda há necessidade de desdobrar essa metodologia para níveis mais específicos, contemplando os processos e objetivos da Assistência Estudantil.

Outro aspecto abordado foi a publicação da Lei no 14.914/2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil. Segundo a entrevistada, a nova

legislação reforça o caráter estratégico da área e amplia a complexidade dos programas executados, exigindo maior integração institucional e instrumentos específicos de gestão e monitoramento.

Por fim, foi ressaltado que, embora o IFPE já possua uma Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil, estrutura considerada um avanço em relação a outras instituições da Rede Federal, a área ainda opera, sob a perspectiva institucional, como um macroprocesso de apoio e acompanhamento, o que repercute diretamente na forma como os riscos e resultados são gerenciados.

Após a realização da entrevista, foi executada a fase de análise do conteúdo resultante da referida atividade. A partir da análise de conteúdo, foram identificados os seguintes pontos, **em relação à Gestão de Riscos**:

1. Existe gestão de riscos institucional, mas não uma gestão de riscos específica para a evasão ou permanência estudantil

A gestora esclareceu que a DAE está inserida na Política e no Plano de Gestão de Riscos do IFPE. Entretanto, não existe um modelo formalizado e específico de gestão de riscos voltado para a permanência estudantil e para os fatores associados à evasão.

2. A assistência estudantil é tratada institucionalmente como atividade de apoio

Segundo a entrevistada, a assistência estudantil é historicamente classificada como macroprocesso de apoio e acompanhamento, e não como macroprocesso estratégico. Em razão disso, seus riscos são analisados em uma perspectiva mais operacional do que estratégica.

3. Reconhecimento da necessidade de aperfeiçoamento da gestão de riscos

A gestora reconheceu que existe uma lacuna na forma como os riscos da assistência estudantil são tratados e defendeu a construção de um modelo específico de gestão de riscos, com indicadores e mecanismos próprios para a área.

O principal achado da entrevista é que, embora a DAE esteja formalmente inserida no sistema institucional de gestão de riscos do IFPE, não há uma estrutura específica, formalizada e orientada à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos relacionados à evasão e à permanência estudantil. A ausência de indicadores próprios, de sistemas de monitoramento e de uma abordagem estratégica para a assistência estudantil fragiliza a capacidade institucional de gerenciar os riscos associados à evasão discente.

Causa

Ausência de desdobramento da Política Institucional de Gestão de Riscos do IFPE para níveis táticos e operacionais da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), especialmente

no que se refere à evasão, permanência e êxito discente, resultando na inexistência de um processo formal, estruturado e documentado de gestão de riscos específico para essa área.

Manifestação da Unidade Examinada

A unidade examinada se manifestou por meio de resposta à **Solicitação de Auditoria nº: 008-01/2026-AUDI/CONSUP/IFPE** (envio de documentos - **Processo SEI nº 23294.013496/2026-50**) e por meio de indagação oral (entrevista realizada em 12/06/2026 com a Diretora da DAE).

Análise da Auditoria Interna

A análise dos documentos encaminhados (resposta Solicitação de Auditoria 08-01/2026) e, também, das informações coletadas em entrevista com diretora da DAE evidencia que, no caso da DAE, **observa-se uma atuação orientada predominantemente por controles operacionais e práticas gerenciais não formalizadas como processo de gestão de riscos** (não segue, na íntegra, os artigos da PGR-IFPE, em especial, seus artigos 27 e 28). Embora tais práticas contribuam para a execução das atividades da unidade, não atendem aos requisitos estabelecidos na Política de Gestão de Riscos, particularmente quanto à necessidade de abordagem sistemática, estruturada e documentada.

A ausência de matriz de riscos, avaliação formal de impactos e probabilidades, definição de respostas estruturadas e planos de tratamento compromete a aderência ao art. 27 da Política de Gestão de Riscos do IFPE, bem como limita a capacidade institucional de antecipação, prevenção e mitigação de riscos relacionados à evasão discente.

Por fim, a entrevista evidenciou, ainda, que a assistência estudantil ocupa posição predominantemente operacional no arranjo institucional, o que restringe sua inserção em níveis estratégicos de planejamento e monitoramento. Esse fator pode contribuir diretamente para a inexistência de indicadores próprios e de mecanismos estruturados de governança de riscos.

Recomendações:

Recomendação 001 (DAE): Recomenda-se que a DAE institua e formalize um processo estruturado de gestão de riscos da assistência estudantil voltado à evasão discente, alinhado à Política de Gestão de Riscos vigente do IFPE, bem como a adoção de instrumentos operacionais que sustentem sua efetividade (por exemplo: definir responsáveis pelos riscos e pelas ações de controle na DAE).

Recomendação 002 (Controladoria): Promover, em conjunto com a Diretoria de Assistência Estudantil, a incorporação da temática da evasão discente nos instrumentos institucionais de gestão de riscos, prestando apoio metodológico ao gestor na

identificação dos riscos relacionados à evasão, à permanência e ao êxito dos estudantes, bem como de suas causas, consequências, avaliação dos níveis de risco, identificação de controles e monitoramento das ações de tratamento.

2.2. Constatação

Fragilidades na formalização e consolidação dos controles internos relacionados à política de permanência, êxito e enfrentamento da evasão discente.

Fato

Na fase do **Planejamento** da Auditoria, foi emitida a **Solicitação de Auditoria nº: 008-01/2026** por meio da qual foram solicitadas informações:

a) A DAE, atualmente, realiza gestão de riscos, em especial, riscos e controles relacionados ao acesso e permanência do aluno no curso de graduação?

Em caso positivo, descrever os processos realizados pela DAE e apresentar os documentos comprobatórios;

Em caso negativo, explicar as dificuldades e motivos que impedem a realização da gestão de riscos na DAE.

b) Se a DAE não realiza, formalmente, gestão de riscos, existem controles para eliminação e / ou mitigação dos riscos, em especial, riscos e controles relacionados ao acesso e permanência do aluno no curso de graduação?

Em caso positivo, descrever os controles utilizados pela DAE e apresentar os documentos comprobatórios;

Em caso negativo, explicar as dificuldades e motivos que impedem a implementação de controles sobre os riscos na DAE.

Em atendimento à referida solicitação, a unidade auditada encaminhou, em sua resposta, diferentes documentos a serem analisados pela Unidade de Auditoria Interna.

A análise documental realizada pela Auditoria Interna teve como critério principal a **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**, destacando-se os seguintes trechos da referida nota informativa:

Item 11 - Nos termos do item 11, destaca-se que a evasão e a retenção comprometem a função social da Rede Federal de promover a inclusão, a permanência e o êxito de estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Item 12 - Reforça a necessidade premente de as instituições instituírem políticas e

planos estratégicos de permanência e êxito, contemplando ações administrativas e pedagógicas sistematizadas para enfrentar a evasão e a retenção e promover a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Item 14 - A Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC estabelece que cada instituição da Rede Federal deve elaborar e executar um Plano Estratégico para Permanência e Êxito (PEPE), alinhado ao respectivo PDI, contendo metas e ações institucionais para promoção da permanência estudantil, com monitoramento dos resultados e prestação de contas por meio do relatório anual de gestão.

O **item 16** apresenta uma proposta de metodologia (contemplando 05 fases) para subsidiar o trabalho das instituições na elaboração dos PEPE:

- Fase 1 - Constituição de comissão institucional.
- Fase 2 - Elaboração de diagnóstico quantitativo.
- Fase 3 - Elaboração de diagnóstico qualitativo.
- Fase 4 - Elaboração do plano com metas, indicadores e ações de intervenção.
- Fase 5 - Monitoramento e a avaliação periódica dos resultados, de forma a subsidiar a gestão da permanência e do êxito estudantil.

Ainda sobre a Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, cabe salientar que a referida nota faz menção à necessidade de participação efetiva dos campi de cada instituição nos processos de elaboração e execução dos seus PEPE. As principais menções da nota informativa sobre a participação dos campi nos referidos processos são:

Fase 1 - Item 16 - Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC - Participação dos campi na elaboração do plano estratégico:

A comissão terá como objetivo coordenar e sistematizar a elaboração do plano estratégico institucional em colaboração com os **campus**. (**Fase 1 - Item 16-parágrafo único**)

Fase 3 - Item 16 - Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC - Diagnóstico qualitativo por *campus*:

...deverá ser realizado o diagnóstico qualitativo, **por campus e por curso**, mediante inserção contributiva que oportunize a participação e o comprometimento de todos os segmentos da instituição na identificação das causas principais de evasão... (**Fase 3 - Item 16-parágrafo primeiro**)

Fase 3 - Item 16 - Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC - Possibilidade de subcomissões nos *campi*:

As instituições definirão a melhor forma de condução e organização dessa

etapa, **podendo haver subcomissões nos *campus*** para auxiliar os trabalhos da comissão interna geral. **(Fase 3 - Item 16-parágrafo segundo)**

Fase 3 - Item 16 - Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC - Padronização da coleta de informações em todos os *campi*:

...cada instituição elabore um instrumento para coleta e registro das informações que deverá ser utilizado **por todos os *campus***, facilitando a sistematização final das informações. **(Fase 3 - Item 16-parágrafo terceiro)**

Assim, utilizando-se como critério principal a **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**, no decorrer **da avaliação preliminar dos controles**, que foi realizada durante a fase de **Planejamento da Auditoria**, a análise dos documentos encaminhados pela DAE indicou, em caráter inicial, que o risco de evasão nos cursos de graduação pode estar elevado em razão da ausência ou da fragilidade de controles estruturantes, tais como: plano institucional de permanência e êxito discente (PEPE), sistema de monitoramento de indicadores acadêmicos e processos de gestão de riscos relacionados à evasão. Vale salientar que o resultado preliminar revelou a necessidade de aprofundamento das análises na fase de **Execução da Auditoria**.

A partir da conclusão e do resultado da análise documental (mencionada nos parágrafos anteriores) e, conseqüentemente a conclusão da fase do **Planejamento de Auditoria**, a Auditoria Interna iniciou a fase de **Execução da Auditoria** onde, utilizando como parâmetros os critérios da **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**, identificou a necessidade e conveniência da realização de uma indagação oral com a Diretora da DAE.

Na fase de **Execução da Auditoria**, foi elaborado roteiro de entrevista semiestruturada, contendo 05 blocos de perguntas e mais três perguntas independentes, totalizando 15 perguntas com os seguintes temas: BLOCO I – GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO; BLOCO II – GESTÃO DE RISCOS; BLOCO III – MONITORAMENTO E DADOS; BLOCO IV – MONITORAMENTO DE RESULTADOS; BLOCO V – NOTA INFORMATIVA 138/2015 DPE/DDR/SETEC/MEC.

Por meio desse roteiro de entrevista, foi realizada, em 12/06/2026, às 09:00, indagação oral com a Diretora da DAE, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os controles adotados pela unidade e reunir evidências que permitissem confirmar ou afastar possíveis achados de auditoria relacionados à adequação e à suficiência dos controles associados à evasão, permanência e êxito discente.

Após a realização da entrevista, procedeu-se à análise do conteúdo obtido, com vistas à identificação de evidências relacionadas aos controles adotados pela DAE. A partir dessa

análise, foram identificados os seguintes aspectos relacionados aos riscos e às fragilidades dos controles associados à evasão, à permanência e ao êxito discente:

Quadro 01 - Achados; riscos e fragilidades nos controles relacionados à DAE e à evasão escolar

BLOCO I - GOVERNANÇA E MONITORAMENTO	
ACHADO	DETALHAMENTO
Formalização ainda em consolidação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito	O plano foi aprovado em reunião de gabinete da Reitoria e será formalizado por instrução normativa, não havendo submissão ao CONSUP. Apesar disso, <u>ainda se encontra em fase de revisão e publicação, indicando que sua institucionalização normativa e plena divulgação ainda não foi totalmente concluída no momento da entrevista.</u>
Forte dependência de diagnósticos e dados em construção contínua	O plano é sustentado por amplo processo de diagnóstico (escuta social, dados institucionais e análise de indicadores), com grande volume de informações (estudantes evadidos, estudantes ativos e gestores). Entretanto, o tratamento e consolidação dos dados demandaram tempo elevado e <u>ainda estão em processo de maturação metodológica.</u>
Estratégia de gestão baseada em triangulação de informações ainda em consolidação	A instituição adota uma metodologia que combina três fontes: indicadores institucionais (ex.: sistema acadêmico e Nilo Peçanha), escuta da comunidade acadêmica e análise dos programas institucionais. Essa abordagem indica amadurecimento metodológico, <u>mas ainda em consolidação.</u>
Comissão Central existente, porém em transição em relação a papéis e funcionamento	A Comissão Central de Permanência e Êxito foi instituída em 2024 com foco inicial em diagnóstico. Atualmente, encontra-se em fase de transição para uma nova função (monitoramento e desdobramento em planos locais), <u>havendo necessidade de atualização de portaria e redefinição de periodicidade e rotina de reuniões.</u>
Necessidade de fortalecimento da governança descentralizada	Há previsão de criação e fortalecimento de planos locais de permanência e êxito, com descentralização da execução para os campi. Isso evidencia o reconhecimento de que a efetividade das ações depende da capilaridade institucional.
Fragilidades nos sistemas de informação e integração de dados	Foram identificadas <u>limitações no sistema acadêmico e no acompanhamento da assistência estudantil, especialmente na integração de dados e monitoramento de estudantes em programas específicos.</u> Há melhorias em andamento com desenvolvimento de painéis, <u>ainda em fase piloto.</u>
Evolução da gestão orientada a evidências, mas ainda em fase de amadurecimento	Apesar do avanço na coleta e uso de dados, <u>há dificuldades relacionadas à consolidação de sistemas, padronização de fluxos e maturidade dos mecanismos de monitoramento contínuo.</u>
BLOCO III - MONITORAMENTO DE DADOS E INDICADORES ACADÊMICOS	
ACHADO	DETALHAMENTO
Índice de Vulnerabilidade Social - IVS ainda em fase de implementação	O índice ainda não está plenamente consolidado, tendo sido testado em <u>caráter piloto</u> em <i>campi</i> selecionados e com previsão de implementação gradual até 2026.

BLOCO IV - MONITORAMENTO DE RESULTADOS	
ACHADO	DETALHAMENTO
Não atingimento de metas institucionais de evasão	Referência de redução para cerca de 10%, embora os <u>resultados atuais ainda estejam acima desse parâmetro</u> . Obs: aumento no período da pandemia (aprox. 21%) e redução posterior para cerca de 15,49% (PNP).
Identificação de forte heterogeneidade nos índices de evasão entre cursos e <i>campi</i>	Variações expressivas de evasão (inclusive casos próximos a 30% em alguns cursos).
Fatores de evasão predominantemente externos à instituição (maior complexidade no tratamento dos riscos associados)	Especialmente: • dificuldade de transporte; • conciliação entre estudo e trabalho (perfil de estudante trabalhador); • condições socioeconômicas locais.
Limitações na mensuração de impacto das ações da assistência estudantil e seu efeito direto sobre a evasão ou conclusão	Embora a cobertura de atendimento seja considerada no acompanhamento da Assistência Estudantil, não foram identificados indicadores específicos voltados à avaliação dos resultados das ações em relação à evasão, permanência e êxito discente.
Ausência de indicadores que relacionem diretamente assistência estudantil e redução da evasão	Limita a avaliação da efetividade das ações.
Uso de mecanismos de gestão e revisão periódica do planejamento (ainda em fase de formalização e estruturação)	Retroalimentação a partir de relatórios e discussões coletivas (seminários), <u>ainda que sem formalização totalmente estruturada de ciclo avaliativo de impacto</u> .
Processo de aprimoramento da utilização de dados integrados (acadêmicos e orçamentários) e tentativa de qualificação dos indicadores ainda em curso	Avanço no uso de dados integrados (acadêmicos e orçamentários) e tentativa de qualificação dos indicadores, incluindo cruzamentos com sistemas como o CIS PNAES (avanço no processo, no entanto, processo ainda em curso).
Tendência de evolução institucional no monitoramento (avaliação de efetividade das ações ainda em consolidação)	Fortalecimento recente de normativas e sistemas (especialmente a partir de 2024), <u>mas ainda em consolidação quanto à avaliação de efetividade das ações</u> .
Desatualização do sistema Scopi e ausência de vinculação clara com ações de enfrentamento da evasão	Verificou-se que o Scopi se encontra desatualizado, não sendo possível identificar, de forma clara, ações vinculadas à Iniciativa 2 (PDI) nem à temática específica da evasão discente. Não foi possível localizar, no Scopi, o desdobramento objetivo das ações relacionadas à permanência e ao enfrentamento da evasão, o que fragiliza a vinculação entre planejamento estratégico e execução. Problemas de acesso ao Scopi, de acordo com a DAE.
Necessidade de aprimoramento do acompanhamento formal das ações	Foi reconhecida a necessidade de aprimorar a organização formal do acompanhamento das ações da assistência estudantil.
Limitações de força de trabalho e impactos sobre a atualização dos registros	Relato de que a assistência estudantil enfrenta limitações na força de trabalho, o que impacta diretamente a atualização dos registros administrativos e dos instrumentos de acompanhamento. Dentre as fragilidades mencionadas, destacam-se: • ausência de apoio administrativo; • inexistência de assistência administrativa dedicada;

	• ausência de secretaria executiva; • inexistência, no momento, de profissional com perfil voltado ao planejamento e alimentação tempestiva do sistema
Divergência entre a execução das ações e o registro formal no Scopi	O acompanhamento formal das ações não tem ocorrido em tempo real, embora a unidade esteja executando atividades e produzindo relatórios internos que demonstram sua atuação. O Scopi apresenta divergência em relação aos relatórios encaminhados à auditoria, justamente porque não reflete, de forma atualizada, as ações efetivamente desenvolvidas pela assistência estudantil.
Fragilidade de registro e de vinculação formal das ações executadas	Essas ações não estão devidamente registradas ou alimentadas no sistema de acompanhamento, o que dificulta a visualização da vinculação entre o objetivo estratégico, a iniciativa prevista no PDI e as entregas concretas da assistência estudantil. A observação central levantada pela equipe de auditoria foi a ausência de um elemento formal de vinculação entre: • o objetivo estratégico previsto no PDI; • a Iniciativa 2; • e as ações concretamente executadas pela Diretoria no enfrentamento da evasão.
BLOCO V - NOTA INFORMATIVA 138/2015 DPE/DDR/SETEC/MEC.	
No que se refere às diretrizes da Nota Informativa nº 138/2015 DPE/DDR/SETEC/MEC, verificou-se que a DAE reconhece a insuficiência da força de trabalho como uma limitação relevante para a implementação da Política de Assistência Estudantil.	Necessidade de atualização do quadro de pessoal, bem como articulação com os <i>campi</i> , considerando seu papel na implementação das ações de permanência, êxito e enfrentamento da evasão discente.
Assistência estudantil como eixo estruturante, mas não exclusivo (dependência de outros setores)	A assistência estudantil foi apresentada como eixo estruturante da política de permanência, mas não como sua única dimensão. As estratégias de permanência ultrapassam a assistência estudantil e precisam estar articuladas com: • ensino; • pesquisa; • extensão; • administração; • demais setores institucionais.
DEMAIS PERGUNTAS	
Principais desafios da evasão: fatores externos e conjunturais	Com base no diagnóstico institucional, a entrevistada apontou que os principais fatores de risco associados à evasão, no plano externo, são: • transporte; • alimentação. O transporte foi indicado como um dos fatores de risco mais recorrentes, tanto na percepção dos estudantes quanto na visão dos gestores. A alimentação foi tratada como desafio central, por envolver:

	• dignidade humana; • permanência estudantil; • dever institucional de garantia de acesso à alimentação.
Inexistência de restaurantes estudantis (grande desafio institucional para enfrentamento da evasão)	A alimentação foi apontada como uma das principais prioridades institucionais para enfrentamento da evasão. O IFPE conseguiu incluir a construção de restaurantes estudantis como prioridade no PAC. Há previsão de construção de pelo menos dez restaurantes estudantis. A meta é estruturar a alimentação estudantil em todos os <i>campi</i>, dentro dos parâmetros legais e da perspectiva de universalização.
Desafios institucionais ligados à adaptação à vida acadêmica (dificuldade de adaptação acadêmica dos estudantes)	Entre os fatores institucionais associados à evasão, destacou-se a dificuldade de adaptação acadêmica dos estudantes. Os estudantes relatam dificuldades relacionadas a: • metodologias de ensino; • adaptação à rotina acadêmica; • conciliação entre estudo e trabalho. São fatores que se consolidam como elementos importantes no risco de evasão.
Necessidade de fortalecimento do PROIFPE e acolhimento ao estudante ingressante como estratégia de minimização da evasão	Como resposta a esse desafio, a instituição vem buscando fortalecer programas como o PROIFPE. O objetivo é torná-lo um instrumento mais efetivo de apoio à adaptação acadêmica, especialmente dos estudantes ingressantes. Foi ressaltado que o IFPE possui metodologia de ensino integrada à pesquisa e à extensão, o que pode representar desafio de adaptação para estudantes oriundos de outras redes.
Necessidade de inclusão de estudantes com deficiência e necessidades específicas	Estudantes com deficiência ou com necessidades específicas enfrentam barreiras históricas de inclusão. O IFPE adotou medida de fortalecimento institucional por meio da previsão de docentes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todos os campi. A medida busca ampliar a capacidade institucional de: • realizar adaptações curriculares; • elaborar planos individualizados; • oferecer apoio técnico às equipes e aos docentes.
Saúde mental como fator de risco para evasão	Na dimensão individual, a saúde mental dos estudantes foi apontada como questão de crescente relevância. Fatores relacionados à saúde e bem-estar aparecem de forma significativa no diagnóstico institucional, sobretudo entre adolescentes. Diante disso, foi destacada a necessidade de: • fortalecer programas de apoio biopsicossocial; • ampliar a atuação de psicólogos e psicólogas; • articular a instituição com a rede externa de saúde.
Limites da atuação educacional e necessidade de articulação com a rede de saúde	O cuidado com a saúde mental, no âmbito educacional, deve respeitar os limites da atuação pedagógica e institucional. O trabalho da assistência estudantil e das equipes da instituição deve ser complementado por articulação com a rede pública de saúde,

	especialmente nos casos que demandem acompanhamento especializado.
Necessidade de consolidação do programa de alimentação escolar	Ao tratar das ações prioritárias para os próximos anos, a entrevistada apontou como primeira prioridade a consolidação do programa de alimentação escolar em todos os <i>campi</i>. Essa consolidação envolve: • estruturação física e administrativa do programa; • funcionamento dos restaurantes estudantis; • ampliação da oferta de alimentação dentro dos parâmetros legais; • atendimento à universalidade, observadas as restrições orçamentárias.
Inexistência de um sistema institucional de dados e monitoramento da permanência (Potencial uso do SUAP e integração de dados socioeconômicos)	A segunda prioridade estratégica apontada foi a consolidação de um sistema institucional de dados e monitoramento. O objetivo é produzir informações mais consistentes e integradas sobre permanência, evasão e vulnerabilidades estudantis. Expectativa de que o SUAP possa atender a essa finalidade, desde que haja integração entre módulos de: • Assistência estudantil; • Ensino; • Administração. • O SUAP foi mencionado como sistema com potencial para integrar dados relevantes à política de permanência. • A entrevistada ressaltou, porém, que a viabilidade técnica de incorporar instrumentos específicos, como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), depende de avaliação da área de tecnologia. • Ainda assim, entende-se que o sistema pode ser promissor, inclusive pela possibilidade de integração com bases governamentais, como o CadÚnico.

Fonte: elaboração própria.

Ante o exposto, conclui-se que a DAE vem desenvolvendo ações e implementando controles voltados à mitigação dos riscos relacionados à evasão, permanência e êxito discente no âmbito da graduação. Entretanto, observou-se que parte desses controles ainda se encontra em processo de formalização, estruturação e amadurecimento institucional. Desse modo, embora sejam evidenciados avanços relevantes e iniciativas em estágio avançado de implementação, verifica-se a necessidade de aperfeiçoamento e consolidação desses controles, de forma a fortalecer sua efetividade e ampliar a capacidade institucional de prevenção e mitigação dos riscos associados à evasão discente.

Causa

Processo de consolidação institucional da política de permanência e êxito discente, com instrumentos de planejamento, monitoramento, indicadores e mecanismos de avaliação ainda em desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Manifestação da Unidade Examinada

A unidade examinada se manifestou por meio de resposta à Solicitação de Auditoria nº: 008-01/2026-AUDI/CONSUP/IFPE (envio de documentos - Processo SEI nº 23294.013496/2026-50) e por meio de indagação oral (entrevista realizada em 12/06/2026 com a Diretora da DAE).

Análise da Auditoria Interna

A análise das informações encaminhadas pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), complementada pela entrevista realizada com sua gestora, permitiu verificar que o IFPE vem promovendo iniciativas relevantes para o fortalecimento da política de permanência e êxito estudantil. Foram identificados avanços relacionados à elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, à instituição da Comissão Central de Permanência e Êxito, ao desenvolvimento de diagnósticos institucionais, à construção de painéis de monitoramento, à implementação gradual do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e à ampliação das discussões estratégicas sobre assistência estudantil.

Contudo, as evidências obtidas demonstram que tais iniciativas ainda se encontram, em grande medida, em processo de formalização, estruturação ou consolidação, não sendo suficientes para assegurar, de forma razoável, a mitigação dos riscos relacionados à evasão discente nos cursos de graduação. Conforme reconhecido pela própria gestão, diversos instrumentos essenciais à governança da permanência estudantil permanecem em fase de amadurecimento institucional, incluindo mecanismos de monitoramento, avaliação de resultados e integração de dados.

Foram identificadas fragilidades relacionadas à governança e ao monitoramento institucional. O Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE) ainda não estava plenamente institucionalizado no momento da entrevista; a Comissão Central de Permanência e Êxito encontrava-se em processo de redefinição de suas atribuições; e os mecanismos de descentralização, monitoramento e acompanhamento das ações nos campi ainda estavam em desenvolvimento.

No âmbito do monitoramento e da produção de informações gerenciais, verificaram-se limitações na integração dos sistemas de informação, na consolidação dos dados acadêmicos e socioeconômicos e na geração de indicadores que permitam avaliar a efetividade das ações da assistência estudantil sobre a permanência e a redução da evasão. A auditoria constatou que os principais indicadores atualmente utilizados estão voltados à cobertura de atendimento dos programas, não sendo capazes de demonstrar, de forma objetiva, a relação entre as ações executadas e os resultados alcançados em termos de permanência, conclusão ou redução da evasão.

Adicionalmente, verificou-se fragilidade na formalização do acompanhamento das ações estratégicas. O sistema Scopi apresentava registros desatualizados e não permitia identificar de forma clara o vínculo entre os objetivos estratégicos previstos no PDI, as iniciativas institucionais relacionadas à permanência e as ações efetivamente executadas pela DAE. Embora a unidade demonstre a realização de diversas atividades e possua relatórios internos que evidenciam sua atuação, tais informações não se

encontravam devidamente refletidas nos instrumentos corporativos de monitoramento e acompanhamento institucional.

A auditoria também considera relevante registrar que a evasão discente possui natureza multifatorial, sendo influenciada por fatores externos à governança da DAE, tais como dificuldades de transporte, condições socioeconômicas, necessidade de conciliação entre trabalho e estudo, alimentação e questões relacionadas à saúde mental dos estudantes. Entretanto, a existência desses fatores não reduz a necessidade de a instituição possuir mecanismos robustos de governança, monitoramento, gestão de riscos e avaliação de resultados, capazes de apoiar a tomada de decisão e direcionar adequadamente os recursos e ações destinados à permanência estudantil.

Por fim, embora a DAE tenha demonstrado evolução na estruturação de ações voltadas ao enfrentamento da evasão e ao fortalecimento da permanência estudantil, os controles atualmente existentes ainda apresentam nível insuficiente de maturidade para garantir sua efetividade. O cenário identificado evidencia a necessidade de fortalecimento dos processos de governança, gestão de riscos, monitoramento, avaliação de resultados e integração de informações, de modo a proporcionar maior segurança quanto ao alcance dos objetivos institucionais relacionados à permanência e ao êxito dos estudantes de graduação.

Recomendações:

Recomendação 001 (DAE): Concluir, aprovar e implementar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE), estabelecendo mecanismos formais de acompanhamento e revisão periódica das ações previstas.

Recomendação 002 (DAE): Instituir metodologia institucional de monitoramento e avaliação das ações de permanência e êxito estudantil, contemplando indicadores, metas, responsáveis, periodicidade de acompanhamento e avaliação da efetividade dos controles.

Recomendação 003 (DAE): Fortalecer a descentralização das ações de permanência, êxito e enfrentamento da evasão discente, ampliando a participação dos *campi* em sua implementação e monitoramento.

3. Considerações Finais

Conforme apresentado na introdução do relatório em tela, a presente auditoria teve por objetivo avaliar a qualidade da gestão do risco de evasão discente nos cursos de graduação do IFPE, bem como a adequação dos controles instituídos para sua mitigação, considerando os referenciais de governança, gestão de riscos e controles internos aplicáveis às normas do IFPE e da Administração Pública Federal, de forma geral.

Para o atingimento do objetivo supramencionado, foram utilizadas as seguintes perguntas norteadoras: (1) A DAE possui uma estrutura adequada de gestão de riscos voltada à evasão discente no nível graduação? (2) Os controles implementados para mitigação dos riscos de evasão no nível de graduação são adequados e suficientes?

Como resultados finais dos trabalhos, restou constatado que (1) existem fragilidades na formalização e operacionalização da gestão de riscos aplicada aos processos relacionados à evasão, permanência e êxito discente, em desacordo com a Política de Gestão de Riscos do IFPE e, também que (2) existem fragilidades na formalização e consolidação dos controles internos relacionados à política de permanência, êxito e enfrentamento da evasão discente.

As evidências obtidas demonstraram fragilidades relacionadas à formalização da gestão de riscos aplicada à evasão discente, ao monitoramento da efetividade das ações implementadas, à integração dos sistemas de informação, à produção de indicadores gerenciais e ao fortalecimento da governança da política institucional de permanência e êxito estudantil.

Cabe salientar que, os exames realizados permitiram verificar que a instituição vem empreendendo esforços relevantes para fortalecer a política de permanência e êxito estudantil, evidenciados, entre outros aspectos, pela elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE), pela atuação da Comissão Central de Permanência e Êxito, pela realização de diagnósticos institucionais, pelo desenvolvimento de painéis de monitoramento, pela implementação gradual do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e pela ampliação das discussões estratégicas sobre assistência estudantil.

Não obstante os avanços identificados, verificou-se que parte significativa desses instrumentos ainda se encontra em processo de formalização, estruturação ou consolidação institucional. Também se observou que a evasão discente constitui fenômeno de natureza multifatorial, influenciado por fatores internos e externos à instituição, tais como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de transporte, alimentação, conciliação entre estudo e trabalho, adaptação à vida acadêmica e questões relacionadas à saúde mental. Todavia, tais fatores reforçam, e não afastam, a necessidade de adoção de mecanismos estruturados de governança, gestão de riscos, monitoramento e avaliação de resultados, capazes de subsidiar decisões institucionais baseadas em evidências e direcionar, de forma mais eficiente, os recursos destinados à permanência estudantil.

As recomendações apresentadas neste relatório têm caráter de aperfeiçoamento da gestão, buscando contribuir para o fortalecimento dos controles internos, da governança e da gestão de riscos relacionados à evasão discente. Sua implementação tende a ampliar a capacidade institucional de identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos que impactam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, promovendo maior aderência à Política de Gestão de Riscos do IFPE e aos princípios da boa governança pública.

Por fim, ressalta-se que o estágio atual de desenvolvimento das iniciativas conduzidas pela Diretoria de Assistência Estudantil demonstra compromisso institucional com o

aprimoramento da política de permanência e êxito estudantil. A consolidação dessas iniciativas, aliada à implementação das recomendações propostas, poderá contribuir para o fortalecimento da gestão orientada por evidências, para o aperfeiçoamento dos processos decisórios e para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais relacionados à redução da evasão e à promoção da permanência e do êxito dos estudantes de graduação.

Relatório elaborado pela auditora Melissa Cordeiro Torres Galindo, SIAPE 1620647 e revisado pelo auditor Emerson da Costa Melo, SIAPE 2868378.

Encaminhe-se ao Reitor do IFPE, na condição de Presidente do Conselho Superior do IFPE.

Recife, 09 de julho de 2026.

Emerson da Costa Melo
Titular Unidade de Auditoria Interna do IFPE
SIAPE 2868378